

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, POLÍTICA CULTURAL E FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA

Ana Nice Lima Rodrigues
PPGCITI/CAAB/UFPA
limarodrigues.ana@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo fomentar algumas discussões sobre o papel da coordenação pedagógica na realização de uma política cultural, visando à constituição de novas subjetividades, em direção a uma escola mais plural e democrática. A metodologia empregada nesta construção foi a pesquisa teórica do tipo exploratória, a partir da revisão bibliográfica. Como sustentação teórica utilizamos os seguintes autores: Foucault (1987); Veiga-Neto (2001); Souza (2003); Vasconcelos (2004); Silva (2005); Imbernón (2000) e Garrido (2000). A elaboração deste trabalho foi motivada pelos inúmeros desafios culturais vivenciados hoje, e a necessidade de problematizarmos a formação docente como política cultural na escola. Os resultados apontam que o fazer pedagógico da escola está direcionado por uma perspectiva de cultura universal e a inexistência de uma política cultural que possibilite o debate sobre as múltiplas culturas e identidades que circulam neste espaço. A formação docente como política cultural pode suscitar novas bases para que o(a)s professor(a)s, percebam e trabalhem democraticamente com os desafios culturais de nosso tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Coordenação pedagógica, política cultural, formação continuada.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo fomentar algumas discussões sobre o papel da coordenação pedagógica na realização de uma política cultural, visando à constituição de novas subjetividades, em direção a uma escola mais plural e democrática. A metodologia empregada foi a pesquisa teórica do tipo exploratória, a partir da revisão bibliográfica. A elaboração deste trabalho foi motivada pelos inúmeros desafios culturais vivenciados hoje, e a necessidade de problematizarmos a formação continuada como política cultural como forma de possibilitar o debate sobre as múltiplas culturas e identidades que circulam na escola.

Iniciamos com uma abordagem sobre a coordenação pedagógica e as relações de poder na escola, e, posteriormente, discutimos o papel da coordenação pedagógica para uma política cultural, por fim, refletimos sobre a

formação continuada como território para uma política cultural que permita refletir sobre as questões e desafios culturais vivenciados na pós-modernidade.

DESENVOLVIMENTO

A visão de legitimidade que atribuíamos a muitas atitudes excludentes fica fragilizada ao refletirmos à luz da história, como os papéis foram construídos e definidos por meio de representações que tentam reprimir as manifestações de grupos culturais inferiorizados socialmente. A escola, neste contexto, não estando isenta de relações de poder, demonstra direcionada pelos imperativos das narrativas modernas de cultura homogênea. Deste modo, é possível perceber que a política cultural na escola não vem possibilitando um diálogo multicultural.

Ao analisarmos o papel da coordenação pedagógica neste contexto, se observa que ela se implanta nas instituições escolares como uma das tentativas da modernidade de eliminar os problemas da educação sendo denominada, inicialmente, de supervisão escolar. No Brasil, a figura do técnico ou supervisor surge desde o século XVI (VASCONCELOS, 2004, p.85) sob a influência dos jesuítas, atrelada à ideia de controle que, respaldada pelo tecnicismo, adquiriu status de “especialista”. O termo “supervisor”, em si já conota um sentido de superioridade.

Assim, a coordenação pedagógica, impregnada por uma raiz histórica de supremacia e vigilância, ainda se revela condicionada pelos discursos da modernidade que tendem reproduzir os ideais de uma cultura universal. O poder disciplinador que perpassa a atuação do Coordenador/Supervisor contribui para uma realidade percebida como legítima a partir de “práticas administrativa dirigidas para ajustar e dar forma aos cidadãos” (IMBERNÓN, 2000, p. 144).

Considerando que a política cultural na escola pode ou não contribuir com a existência de discursos pedagógicos que respeitem as múltiplas culturas e identidades, é preciso problematizá-la, pois, a realidade educacional vem mostrando que as escolas e seus sujeitos tendem a reproduzir a política cultural hegemônica e, por isso, há a necessidade de se buscar caminhos possíveis para um debate cultural que potencialize a revisão de significados, modificando o

modo de perceber e trabalhar com as questões culturais a partir da constituição de novas subjetividades.

Para Silva, (2005), a escola deve ser vista em sua pluralidade, como um espaço onde a cultura é negociada. Sendo assim, ela também é um espaço de resistência às formas de dominação cultural. Por isso, quando nos referimos à política cultural, estamos falando de todos os recursos que empregamos para questionar as relações desiguais existentes, como uma tentativa coletiva de nomear o mundo de forma diferente, recusando os significados que se impõem como dominantes.

A formação docente é uma forma de política cultural, na medida em que favorecer o debate sobre desafios culturais diversos como as questões relacionadas à gênero, raça, sexualidade, religião, entre outros. Sendo assim, a discussão em torno da formação continuada neste artigo, se volta para o âmbito cultural, extrapola as perspectivas de formação enquanto atualização didática pedagógica, para ser pensada como uma forma de política cultural que permita aos docentes realizarem uma crítica cultural à escola.

A formação cultural docente possibilita constituir novas subjetividades e identidades e perceber as diferenças como características essenciais de nossas singularidades, pois, segundo Veiga - Neto (2001), as questões ligadas a raça, gênero, etnia, sexualidade, idade, linguagem..., são hoje, a matriz para uma discussão educacional que provoque rupturas com as tradições de normalização, homogeneidade e identidades subalternas.

Considerando que uma das dimensões da atuação da coordenação pedagógica é a de promover a formação continuada, pode fomentar uma política cultural, mobilizando espaços para a formação cultural docente, voltada à revisão de significados que leve a novas relações de poderⁱ como resistência as hierarquias culturais que inferiorizam e invisibilizam diversos grupos na escola.

CONCLUSÕES

A inexistência de uma apolítica cultural que reconheça e valorize as diferenças dificulta o debate sobre as múltiplas culturas e identidades na escola, invisibilizando e excluindo muitos sujeitos deste espaço. A formação Cultural

docente é uma necessidade diante das configurações culturais atuais e, a coordenação pedagógica, pode contribuir com a construção de uma nova política cultural mediando a formação cultural docente.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

IMBERNÓN, Francisco. **A Educação no Século XXI: Os Desafios do Futuro Imediato**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Vera Maria Nigro de. **O Coordenador Pedagógico e o Atendimento à Diversidade**. In: PLACCO, Vera Maria Nigro. **O Coordenador Pedagógico e o Cotidiano da Escola**. São Paulo: Loyola, 2003.

VEIGA – NETO, Alfredo. **A Educação em Tempos de Globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenador do Trabalho Pedagógico: Do Projeto Político Pedagógico ao Cotidiano da Sala de Aula**. São Paulo: Libertad, 2004.

ⁱ Poder entendido nesta abordagem no sentido Foucaultiano (1987).